

A Ética do Exército, a Confiança da População e a Profissão das Armas

General de Divisão Robert L. Caslen Jr. e
Capitão Nathan K. Finney, Exército dos EUA

Uma profissão não pode simplesmente se autodenominar como tal. Seus clientes — ou a sociedade como um todo — têm de aceitar essa pretensão, confiando-lhe a jurisdição sobre aquela área do conhecimento humano que lhe corresponde¹.

—Cel Matthew Moten

A NECESSIDADE DE ADAPTAR-SE às demandas impostas pelos combates no Iraque e no Afeganistão e às novas realidades estratégicas do século XXI tem ocupado o Exército dos Estados Unidos da América (EUA) de tal modo, que não lhe restou tempo para refletir sobre como esses desafios e suas soluções têm afetado a instituição em termos profissionais². Para tratar do tema, a liderança da Força iniciou uma campanha de aprendizado para compreender o impacto que os últimos dez anos de guerra tiveram sobre a Profissão das Armas. Essa campanha irá identificar onde os sucessos profissionais devem ser explorados e onde será preciso atacar deficiências evidenciadas nesta década de guerra. Esse esforço está apenas no começo, mas já está claro que os três principais conceitos que vinculam todos os aspectos da Profissão das Armas são a ética profissional, os padrões profissionais e a confiança. Ser um profissional é entender, adotar e aplicar a ética e a perícia específicas da profissão, com competência, agindo de acordo com os seus padrões³.

A Ética Profissional

Como em qualquer profissão, os militares formam um grupo de especialistas encarregado

por seus clientes para trabalharem segundo uma ética profissional. Um exemplo de ética profissional pode ser encontrado no juramento de Hipócrates, adotado pelos médicos no mundo todo (como, por exemplo, “... nunca para causar dano ou mal a alguém”). Portanto, um dos objetivos dessa campanha é garantir que tenhamos a correta definição da ética em nossa profissão. Embora seja difícil defini-la, devido à especificidade do trabalho conduzido pelos militares e às condições variadas e complexas a que estão submetidos, acreditamos que a definição deve envolver, no mínimo, três conceitos fundamentais:

- a aplicação ética do poder terrestre,
- a subordinação voluntária à autoridade civil e
- a defesa da Constituição e dos direitos e interesses da população nacional.

Durante seu discurso de despedida, o Presidente George Washington declarou que “a Constituição... é sagradamente obrigatória a todos. A mesma ideia que concede ao povo o poder e o direito para estabelecer um governo pressupõe o dever de obediência de cada indivíduo ao governo estabelecido”. Isso é ainda mais verdadeiro para nós, integrantes da Profissão das Armas. Quando prestamos nosso juramento, não juramos lealdade ao Comandante em Chefe ou ao Chefe do Estado-Maior do Exército, mas à Constituição. E é nela que encontramos as Forças Armadas, colocadas sob uma relação de subordinação às autoridades civis que, por sua vez, são eleitas pelo povo. No final, a população é a nossa cliente — a quem somos subservientes. Para sermos profissionais autênticos e desempenharmos nossos deveres,

O General de Divisão Robert L. Caslen Jr. é o atual Chefe do Escritório de Cooperação em Segurança dos EUA no Iraque e Comandante da Missão de Treinamento da OTAN no Iraque e serviu como Comandante do Centro de Armas Combinadas, Forte Leavenworth, no Kansas. Ele comandou a Divisão Multinacional-Norte no norte do Iraque. O Gen Div Caslen é bacharel pela Academia Militar dos EUA,

possui MBA pela Long Island University e mestrado pela Kansas State University.

O Cap Nathan K. Finney é especialista em estratégia e, à época da redação deste artigo, servia como assessor pessoal do Gen Caslen, no Centro de Armas Combinadas.



Cincinato abandona o arado para ditar leis a Roma, c. 1806 de Juan Antonio Ribera. Óleo sobre tela, Coleção Real do Museo del Prado. George Washington é frequentemente comparado com o general e ditador romano Lúcio Quíncio Cincinato, conhecido por ter abdicado do poder da ditadura para retornar à vida privada. Ele é um dos “pais” da República Romana, simbolizando o serviço altruísta a seu país.

precisamos desenvolver uma relação de confiança com ela.

Além disso, uma profissão exige o desenvolvimento e a aplicação de perícia única em determinada área, a ser empregada a serviço do cliente. Qual é essa perícia única que o cliente espera que nós tenhamos? Há muita conjectura em torno deste tema, mas eu defendo que nossos clientes esperam que nos posicionemos entre todo o mal existente e eles próprios — com os seus valores —, como cidadãos que são. E esperam que façamos isso aplicando força letal com ética. O que é ainda mais peculiar é que nosso cliente espera que estejamos dispostos a sacrificar nossas vidas durante a aplicação dessa força letal para sua proteção. Sem dúvida, é uma expectativa muito elevada.

Então, é por meio dessa aplicação ética de força letal que entramos em uma relação com o povo, nosso cliente. Essa relação só pode ser conquistada com confiança. Basta olhar para o que aconteceu 40 anos atrás, quando as Forças Armadas dos EUA perderam a relação de confiança com o povo norte-americano. Eu me lembro desses dias, quando ainda era cadete e, pouco depois, tenente recém-formado. Quando saía à rua, sequer cogitava usar meu uniforme. Deixei o cabelo crescer tanto quanto possível para não ser identificado, evitando, assim, a possibilidade de que alguém me criticasse, ridicularizasse ou mesmo cuspsse

em mim. Felizmente, isso não mais acontece. Independentemente do sentimento que tenham sobre os conflitos existentes no Oriente Médio ou no Sudoeste da Ásia, é normal ver populares buscando agradecer aos integrantes das Forças Armadas pelo serviço que prestam à nação.

A relação com o povo está forte, mas sustento que ela é, ao mesmo tempo, frágil. Isso levanta uma dúvida: o que difere hoje, com relação a 40 anos atrás? O que poderia causar a perda dessa confiança e nos lançar de volta às condições deploráveis em que nos encontramos depois da Guerra do Vietnã? As respostas para as duas perguntas, vamos descobrir, nos levam de volta aos três conceitos da ética profissional.

Tudo se inicia com o juramento que prestamos. Suas implicações dominam qualquer outro aspecto do que significa ser um soldado profissional. Embora tratemos “profissão e ética” como duas coisas distintas, elas são inseparáveis. O compromisso assumido no juramento deixa isso bem claro. Ao jurar defender a Constituição, os



O General George Washington em Trenton, óleo sobre tela, pelo artista estadunidense John Trumbull, 1792.

profissionais militares assumem responsabilidades morais, incluindo adesão a tratados que governam a aplicação ética do poder terrestre e o respeito aos direitos humanos. Quando prestamos o compromisso, declaramos publicamente nossa fidelidade aos valores e interesses da população de nosso país. Na realidade, nós estamos nos dedicando aos fundamentos éticos da Nação e da nossa profissão.

Padrões Profissionais

A disciplina é o cerne do Exército. Ela é mais bem exemplificada pelo estabelecimento e pela aplicação de padrões pessoais e profissionais. Contudo, o Exército dos EUA nem sempre demonstrou a disciplina que se vê hoje. Há 35 anos, quando assumi o comando de um pelotão, em uma Unidade que havia retornado recentemente do Vietnã (mais ou menos 18 meses antes), percebi que ela enfrentara uma séria degradação de valores profissionais, inclusive entre os graduados. Das treze vagas de graduados do pelotão, apenas duas estavam ocupadas: uma pelo adjunto do pelotão e outra por um sargento comandante de grupo

de combate (GC). Após apenas seis semanas em que estava à frente do pelotão, vi meu adjunto ser preso, passando, então, a contar com o único outro militar em posição de liderança, o sargento do GC. Promovemos à graduação de cabo alguns dos soldados especialistas, temporariamente, de modo a proporcionar-lhes alguma legitimidade e autoridade funcionais. Embora eles tenham feito o melhor que podiam, possuíam pouco conhecimento acerca dos padrões requeridos e ainda menos da necessária experiência para a sua aplicação. A todos nós faltava a perícia necessária para desenvolver nossos subordinados com eficiência.

Esse era o Exército pós-Vietnã, uma Força que testemunhou muitos de seus valores serem solapados, resultado da degradação e do comprometimento de padrões ao longo do tempo, como mais tarde seria descrito pela maioria dos historiadores.

Graças aos chefes militares de então — que reconheceram a condição enfrentada pelo Exército e se comprometeram com sua reconstrução, nos anos 80 e 90, o Corpo de Graduados do Exército



Sgt Cherie A. Thurlby, Força Aérea dos EUA

Um veterano junto ao Memorial do Vietnã, em Washington DC, 29 Mai 05.

dos EUA agora está em melhores condições. Basta ver como os graduados do Exército dos EUA de hoje mantiveram seu profissionalismo após — e apesar de — dez cansativos anos de combate prolongado, para constatar a força que esses militares têm.

Apesar disso, essa força ainda é frágil, como demonstram os desafios listados no recente estudo sobre saúde mental, determinado pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército⁴. O relatório fornece um alerta oportuno quanto ao aparecimento de muitas das mesmas tendências que surgiram na época do Vietnã (e imediatamente depois), incluindo as degradações ao longo do tempo. Além dos casos de soldados que se mostram mais acostumados com os desdobramentos em combate do que com a vida em suas casas, a falta de entendimento ou de vontade para impor os padrões militares conduziu a um extraordinário aumento no comportamento de alto risco. Os programas para manter saudáveis física e mentalmente nossos soldados profissionais, homens e mulheres, “estavam fragmentados e desbalanceados, e a responsabilidade dos líderes havia se degradado. Havia muitas lacunas e brechas nos programas e nos processos, algo que permitia que os comportamentos de alto risco pudessem prosseguir sem serem detectados e aparentemente sem qualquer controle”⁵.

Será difícil revertermos de um enfoque centrado no inimigo e na missão como “prioridade um” para um que enfatize o retorno à vida normal, incluindo a redução dos comportamentos de alto risco, o planejamento de instrução, os eventos em família e a redução de recursos disponíveis. No entanto, a administração dos soldados e de suas famílias por nossos comandantes é tanto uma necessidade de nossa Profissão das Armas como a liderança operacional é necessária para derrotar os inimigos. A Força não pode combater efetivamente sem contar com uma organização que goze de boa saúde.

Confiança na Profissão

Para que possamos entender e representar o povo dos Estados Unidos com dignidade e honra, é preciso obter sua confiança. Esse conceito pode ser entendido tanto como o combustível que abastece o Exército como a liga que o mantém unido, o primeiro dos três elementos basilares

articulados pelo 37º Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA, o General Martin Dempsey, em seu documento “Reflexões sobre o Futuro do Exército”. Essa declaração de objetivos, feita pelo militar mais antigo da Força, estabelece padrões elevados ao afirmar que “[n]ós devemos nos perguntar, a cada dia, se estamos fazendo o suficiente para contribuir com o ambiente de confiança”⁶. Devemos sempre nos lembrar de que, como observou o Coronel Moten na epígrafe deste artigo, é o nosso cliente — o povo — que, por meio de seus representantes eleitos, determina nosso *status* como profissão. Dessa forma, “[o] povo determinará o rumo a ser seguido pelas Forças Armadas, as habilidades que iremos aperfeiçoar, as guerras que iremos lutar. O povo reina, supremo. A ele respondemos. Portanto, somos — e devemos permanecer — um instrumento neutro do Estado, obedientes aos nossos líderes civis”⁷.

Para desenvolver a confiança necessária à saúde desse relacionamento, é preciso sempre defender os valores e fundamentos da Nação, da Constituição e do povo. Por meio de nossas ações, iremos obter e transmitir essa confiança. Esse relacionamento começa quando prestamos o juramento inicial ao ingressarmos na Força, cujas palavras devem ser continuamente incutidas nas mentes dos militares do Exército, em todas as fases de suas carreiras.

Não é sempre que temos conseguido manter e cultivar esse relacionamento de confiança. Basta considerarmos, por exemplo, o caso do abuso de detentos por um pequeno número de soldados dos EUA em Abu Ghraib, em 2003 e 2004, ou o episódio dos jovens soldados da 101ª Divisão Aeroterrestre que estupraram, mataram e queimaram uma família iraquiana em Yusufiya, uma aldeia nos arredores de Bagdá, em 2006. Considerando que esse comportamento foge aos valores pregados pela Nação e pelo Exército, os dois exemplos têm sido considerados um fracasso dos comandantes, das instituições, da *nossa profissão*, enfim. Desprezíveis por si só, eles levaram à corrosão da relação de confiança entre nossa profissão e o povo estadunidense. Se não forem enfrentados adequadamente, os efeitos cumulativos de ações como essas ameaçam ofuscar o bom trabalho que os soldados realizam todos os dias.

Igualmente importante, nesse relacionamento de confiança, é o incrível desempenho dos militares mais jovens nos pontos mais isolados, atuando em operações descentralizadas, no limiar da tática. As ameaças híbridas de hoje buscam ambientes complexos, onde as ações dos líderes em todos os escalões podem ter — e têm — consequências estratégicas. Esses homens e mulheres são os “cabos estratégicos” que tomam decisões de vida e morte todos os dias. Decisões que, sendo equivocadas, podem afetar não apenas nossa relação com a população local, mas também a confiança que nosso cliente têm em cada um de nós.

Qual é a referência disponível para que o líder tome a decisão certa, quando ele se encontrar em um posto de combate distante, no meio de um vale isolado, quando a Unidade mais próxima só puder ser alcançada por helicóptero? O que ajuda um jovem comandante a definir e entender os parâmetros de comportamento que são aceitáveis? Defendemos que esses comandantes estejam sendo guiados pelos valores de nosso Exército, eles próprios derivados dos valores da nossa Nação, imbuídos por meio da liderança de brilhantes oficiais e sargentos, de modo a gerar uma cultura de dignidade e respeito junto àqueles com quem interagem todos os dias.

Qualquer profissão digna de receber essa designação advoga uma ética de responsabilidade e autorregulamentação, de modo que, quando uma infração como a de Abu Ghraib acontece, ela se encarrega de realizar uma investigação apropriada para punir os soldados e chefes responsáveis. Se não conseguirmos satisfazer essa expectativa dos clientes, podemos ter certeza de que eles mesmos irão intervir e assumir o controle de nossa disciplina e responsabilidade — algo que, pode-se argumentar, seria como nossa condenação antecipada, como profissionais.

Relação de Subordinação com as Autoridades Cívicas

Como mencionado, nosso compromisso de lealdade à Constituição nos coloca em uma relação subordinada com os políticos eleitos, que são nossas autoridades cívicas. Nessa relação, é nossa responsabilidade prestar-lhes assessoria militar. Há muita literatura acerca do modo como esse aconselhamento militar deve ser

feito e sobre como os mais altos dirigentes militares dos EUA têm se desempenhado nesse papel. Considerando que esse relacionamento representa uma das características mais destacadas da Profissão das Armas, vale a pena analisar o que funcionou e o que não funcionou, no passado.

Bob Woodward, em seu recente livro, *Obama's Wars* (“As Guerras de Obama”, em tradução livre), descreve os debates nos mais altos escalões do governo dos EUA sobre a estratégia que determinou uma “escalada” de tropas estadunidenses no Afeganistão. Uma interessante observação de Woodward destaca a percepção do governo Obama de que o Departamento de Defesa o havia colocado contra a parede, forçando-o a apoiar uma determinada estratégia:

A avaliação [do Presidente Obama], quanto às opções, não foi tranquilizadora. “Ainda não temos duas opções”, disse, diretamente. “Temos 40 mil ou nada... “Não é isso que estou procurando”, afirmou o presidente. “Não aceito dez anos. Não vou embarcar em um esforço de reconstrução de longo prazo. Não vou gastar um trilhão de dólares. Eu tenho pressionado vocês nesse sentido”⁸.

Woodward observa que a administração acreditava que eles estavam sendo conduzidos à decisão que as Forças Armadas tinham como preferida, levando o Presidente e seus assessores diretos a perder confiança nos conselhos militares que recebiam.

É desnecessário dizer que os militares que ocupam funções mais elevadas têm uma grande responsabilidade quando proporcionam assessoria à liderança civil. Embora esse aconselhamento possa ou não ser aceito, é fornecendo alternativas simples e viáveis que as Forças Armadas obtêm a confiança dos líderes civis. Assim, a responsabilidade da decisão — e sobre as suas consequências — é certamente tomada a si pelos líderes civis. Nosso trabalho é fornecer assessoria militar; o trabalho da liderança civil é avaliá-la, juntamente com todos os outros fatores, e tomar uma decisão.

Defendemos que, para sermos efetivos, nosso aconselhamento precisa ser baseado em uma relação estabelecida com base na confiança,

independentemente da natureza do tema sobre o qual aconselhamos. Se não existir confiança, a precisão e a eficácia de nossos conselhos não terão importância. Se não podemos estabelecer uma relação de confiança desde o princípio, corremos o risco de que nossos líderes civis não considerem nosso aconselhamento, “descartando o trigo com o joio”, simplesmente por conhecerem bem quem lhes “entrega a mensagem”.

A Instrução em Apoio à Nossa Ética e Confiança e aos Nossos Padrões

As profissões também investem no desenvolvimento de seu futuro e não o delegam a terceiros. Na Profissão das Armas, desenvolvemos nossos futuros líderes por meio de um sistema de Educação Militar Profissional, pela instrução e pela experiência. Do Treinamento Militar Inicial até o Curso de Líderes Combatentes, do Curso de Formação de Oficiais Especialistas (*Warrant Officers*), até a Escola de Administração para Civis do Exército (*Army Management Staff College*), a Força refina a ética profissional adotada pelos militares por meio de educação, treinamento e desenvolvimento.

Como disse o General da Reserva Fred Franks, um chefe de conduta exemplar na Profissão das Armas, quando certa vez dirigiu-se aos oficiais do alto comando do Exército:

Há inúmeras evidências que demonstram que, já nos primórdios da Nação, na luta pela independência, o General George Washington e seu Comandante de Artilharia, Henry Knox, reconheceram a necessidade de criar uma escola ou mais escolas destinadas a instruir os militares na Profissão das Armas, para que pudessem servir à nação. Mais tarde, em 1802, surgiria a Academia Militar de West Point, inaugurada no governo Jefferson como um resultado da reiterada ênfase dada ao estudo profissional da arte da guerra, pelo Presidente Washington, em seu oitavo discurso ao Congresso, em 07 Dez 1796⁹.

A educação, o treinamento e o desenvolvimento afetam nossa ética profissional — e são por ela afetados. É preciso anos de estudo e prática para entendermos e obtermos as habilidades que irão permitir que sejamos reconhecidos como

integrantes da Profissão das Armas. Como o General Dempsey repete com frequência, nosso Exército, nossa profissão, é feito de gente. Ainda que tenhamos o equipamento e a estrutura da Força um pouco inadequados, não podemos admitir falhas no desenvolvimento do nosso pessoal. “As pessoas são nosso ponto forte. Isso será verdade apenas se continuarmos a investir

Ainda que tenhamos o equipamento e a estrutura da Força um pouco inadequados, não podemos admitir falhas no desenvolvimento do nosso pessoal.

nelas e a apresentar-lhes desafios”¹⁰.

Considerando que o Exército é composto, principalmente, por homens e mulheres profissionais — soldados, graduados, especialistas, funcionários civis e oficiais — a arte e a ciência da guerra terrestre por eles executadas no cumprimento de suas missões são consistentes com quem somos como povo, fiéis à Constituição.

Os Valores do Exército

Para revigorar nossa ética profissional após uma década de guerra, precisamos inculcar um profundo entendimento e consideração pelas expectativas morais que estão incorporadas nos Valores do Exército. A boa notícia é que uma década de guerra — e todas as consequências positivas e negativas que com ela vieram — não foi capaz de degradar a adesão de nossa instituição aos Valores do Exército (nem a crença que nossos soldados têm neles). De fato, os resultados preliminares da Campanha “Profissão das Armas” (*Profession of Arms Campaign*) validaram, em todos os postos e graduações (desde as praças mais modernas até os líderes mais antigos), que o Exército é uma profissão baseada em valores e que os Valores do Exército são centrais para esta profissão¹¹.

Além disso, a grande maioria de nossos soldados e chefes (93%) acredita que há um forte alinhamento entre seus valores pessoais e os Valores do Exército¹². A maioria acredita que os Valores do Exército estão presentes no desempenho e no comportamento de seus pares¹³. Mais importante para a continuação do Exército como uma instituição da Profissão das Armas: grupos de destaque entre os níveis hierárquicos acreditam que os Valores do Exército vêm sustentando nossa instituição, mesmo nos anos mais difíceis, e que assim continuarão a fundamentar a nossa profissão¹⁴.

Por último, há suficiente evidência na pesquisa e entre os círculos hierárquicos para considerar a adição de um oitavo “Valor do Exército”: *sinceridade*. No escalão Unidade, dados da pesquisa confirmam a importância da sinceridade em termos de sua contribuição ao ambiente de confiança interno. A grande maioria, em todos os níveis hierárquicos, acredita que suas Unidades são honestas e não escondem aspectos negativos. Em vista disso, elas consideram a honestidade e a franqueza como dois atributos importantes da nossa profissão¹⁵.

A sinceridade se aplica dentro e fora do Exército, para cima e para baixo na cadeia de comando. Um ambiente de confiança entre subordinados e superiores é necessário para nós,

...a sinceridade é um importante valor que não está suficientemente representado na atual formulação dos Valores do Exército...

como soldados, legal e eticamente responsáveis perante os oficiais nossos comandantes e nossos clientes — o povo —, para criar uma cultura na qual a discussão franca e informada seja esperada e incentivada.

Isso é particularmente importante no relacionamento civil-militar, entre o alto comando e os civis em cargos públicos acima deles. Apenas pela sinceridade podemos

construir confiança com os líderes civis e, por meio deles, com a população. No entanto, hoje em dia “a sinceridade é um importante valor que não está suficientemente representado na atual formulação dos Valores do Exército, mas é importante para essa relação”¹⁶.

No prosseguimento da Campanha da Profissão das Armas iremos refinar nossa ética profissional, os atributos que definem a ética e os Valores do Exército que, por sua vez, definem nossa profissão e os profissionais que a integram. Todos esses elementos precisam ser vinculados à construção de confiança com o povo estadunidense e com a contínua melhoria e desenvolvimento do Exército como profissão.

Filosofia Profissional

Desde o início, os EUA identificaram a necessidade de compor seu Exército com especialistas na arte e na ciência da guerra, líderes que possuíssem tanto caráter como perícia profissional. É por isso que a profissão se dedica à educação, ao treinamento e ao desenvolvimento. Esse investimento em nossa profissão não pode ser terceirizado. Prestadores de serviço são, por definição, homens “de negócios”, com tudo o que essa denominação representa. Mesmo quando orientados para beneficiar a todos, os negócios não exigem o sacrifício — e soldados profissionais são, por definição, inerentemente ligados ao sacrifício. Como mencionado, soldados devem dar suas vidas em defesa da liberdade da Nação. Isso é o que faz nossa profissão inigualável.

A Nação possui um “Exército de jovens homens e mulheres... que se alistaram voluntariamente para enfrentar o perigo e arriscar suas vidas por algo maior que elas próprias”¹⁷. Independentemente de quaisquer outras razões que se tenha para adotar a profissão militar, essa realidade estará sempre presente. Sou inspirado todos os dias pela atual geração de jovens oficiais e praças do Exército, um grupo de homens e mulheres ao qual me refiro como a geração do 11 de Setembro. Eles representam o melhor dos EUA. Viram o país ser atacado brutalmente, mas, mesmo ante a certeza de que iriam enfrentar os inimigos em campos de batalha espalhados por todo o mundo, ofereceram-se voluntários para servir. Nunca hesitaram ou questionaram seu

dever para com a Nação. Eles são uma geração que reflete o cliente da nossa profissão, o povo da República. São uma Força totalmente voluntária, integrada por cidadãos e por pessoas que buscam a cidadania estadunidense, oriundos de todas as posições sociais e profissionais; um microcosmo da sociedade, onde todas as raças, religiões e credos compartilham a responsabilidade de defender a Nação e sua Constituição.

Ante o deslocamento das atenções para a reorganização e o desenvolvimento do Exército, após uma década de guerra, percebe-se que o sacrifício desta geração à Profissão das Armas não será menor. Reconstruir o Exército, em meio às reduções de gastos decorrentes do encerramento das Operações *New Dawn* e *Enduring Freedom*, e reorientá-lo para o domínio de suas competências básicas — a manobra de armas combinadas e a segurança de grandes áreas — será tão desafiador como o esforço da última década. Isso não exigirá apenas longas horas de trabalho árduo de todos nós, mas também intensa análise, visão clara e um esforço unificado para preparar nossa profissão para futuras contingências.

Estou convencido de que podemos — e iremos — satisfazer as necessidades da nossa profissão. O Exército nunca esteve mais focado e bem liderado do que hoje. E o alto comando sabe disso. Seus integrantes entendem o que devemos fazer. Acima de tudo, eles reconhecem que o que o Exército necessita, neste momento, é de uma discussão franca sobre onde estamos e para onde devemos ir. Sabem que, como profissionais, devemos renovar nosso compromisso para com a cultura de serviço ao povo estadunidense, refinar nosso entendimento sobre a ética profissional e concentrar nossas tropas na retomada de nossas competências essenciais como peritos na Profissão das Armas.

Permanecendo Relevantes

Este ano, o Exército dos EUA comemora seu 237º aniversário. Geralmente, a data passa sem chamar a atenção da população, nada que cause estranheza. Amplamente desconhecida e distante da observação pública, a Profissão do Exército tem executado seus deveres com eficiência e lealdade, à custa de grande sacrifício imposto aos seus integrantes e às suas famílias. Essa abnegada adesão ao dever e o orgulho de

servir à Nação vêm da ética profissional criada nas instituições de ensino, imbuída durante os treinamentos individual e coletivo e codificada em nosso desenvolvimento profissional. Essa ética tornou-se arraigada em nossa consciência pelos feitos heróicos e pelas ações altruístas dos que nos antecederam e por esses soldados que nos inspiram diariamente, com sua coragem, habilidade e comprometimento para com o serviço.

Se nós, como Força Armada, pretendemos permanecer relevantes na segunda década do século XXI, mantendo-nos como o poder terrestre dominante, precisamos nos conectar novamente com nossas raízes, renovando a ênfase e internalizando a ética do Exército. Nosso objetivo será melhorar a tomada de decisões dos nossos comandantes com base na ética, enquanto mantemos nosso caráter profissional, bem como a legitimidade e a confiança aos olhos da sociedade que servimos. Isso é o que fazem os verdadeiros profissionais, quando querem se autoregular e melhorar continuamente. Isso garantirá que permaneçamos uma Força militar profissional, sempre em busca de capacitação inigualável e irrestrita conexão com o povo, pelos anos vindouros. **MR**

REFERÊNCIAS

1. MOTEN, Matthew Col. "Who is a Member of the Military Profession?" *Joint Force Quarterly*, Issue 62 (July 2011): p. 17. Tradução livre da frase original: "Professions are not professions simply because they say they are. Their clients, society as a whole, have to accept their claims and trust the professions with jurisdiction over important areas of human endeavor".
2. TRADOC, "An Army White Paper: The Profession of arms", 8 Dec. 10, p. 1.
3. *Ibid.*, p. 4. Consulte também HANNAH, Sean COL. "Information Paper on the Army Profession Campaign", Center for the Army Profession and Ethic, U.S. Military Academy, West Point, NY, 30 Jul. 10.
4. DEPARTMENT OF THE ARMY, "Army Health Promotion, Risk Reduction, and Suicide Prevention Report 2010", 29 Jul. 10.
5. *Ibid.*, p. 35.
6. DEMPSEY, Martin GEN. "37th CSA's Thoughts on the Future of the Army", carta aberta ao Exército dos EUA, 14 June 2011, p. 2.
7. Almirante Michael Mullen, discurso na formatura da Academia Militar em West Point, 21 Mai 11.
8. WOODWARD, Bob. *Obama's Wars* (New York: Simon and Schuster, 2010), p. 251.
9. Gen Frederick Franks, discurso em *Unified Quest*, 12 jan. 11.
10. DEMPSEY, Martin E. GEN. "Win, Learn, Focus, Adapt, Win Again", Association of the United States Army, p. 21.
11. TRADOC, "US Army Profession of Arms Campaign 2011 Interim Report", West Point, NY, June 2011, p. 67-72.
12. *Ibid.*, p. 67.
13. *Ibid.*, p. 68.
14. *Ibid.*, p. 19.
15. *Ibid.*, p. 27.
16. *Ibid.*, p. 244.
17. MULLEN.